



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE  
LICITAÇÃO**

Processo Número	20182/2024
Data do Início	22/08/2024
Folha	
Rubrica	

## **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PROCESSO N° 20182/2024, Pregão Eletrônico n.º 15/2024.**

**OBJETO:** Registro de Preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de Serviços de Computação em Nuvem, de modelo híbrido (privada e pública), incluindo Hardware e software, com serviços de: concepção, projeto, provisionamento, configuração, manutenção, treinamento, administração, gerenciamento, monitoramento, backup, migração, suporte técnico especializado do ambiente em regime 24x7 e autosserviço sob demanda, que atenda de forma ampla às demandas da Prefeitura Municipal de Maricá – PMM.

À Secretaria de Planejamento, Orçamento e Fazenda,

A empresa **MC 1000 COMERCIAL LTDA** encaminhou a essa especializada impugnação ao edital.

### **I - DA TEMPESTIVIDADE**

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 14.133/2021, especificamente no artigo 164:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

### **II – DAS RAZÕES**

Trata-se de peça impugnatória apresentada pela empresa **MC 1000 COMERCIAL LTDA, CNPJ n.º 00.402.369/0001-20**, na qual questiona o critério de julgamento utilizado no edital do certame em epígrafe.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE  
LICITAÇÃO**

Processo Número	20182/2024
Data do Início	22/08/2024
Folha	
Rubrica	

Argumenta também que, sobre as exigências referentes a habilitação econômico-financeira dos participantes, a impugnante alegou que a previsão editalícia está em desacordo com a legislação vigente que disciplina a matéria.

### **III – DO MÉRITO**

#### **a) Da alegação de violação da competitividade por conta do critério de julgamento adotado no edital do certame**

De início, é importante esclarecer que nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no **EDITAL**. Tendo por objetivo o atendimento ao interesse público, a busca da melhor proposta ofertada e, ainda, da ampliação da competitividade entre os participantes do procedimento licitatório.

Nesse aspecto, cumpre destacar que as condições para execução do objeto estabelecidas nos processos licitatórios elaborados por esta municipalidade são formuladas mediante pesquisas e análises para atender as diversas demandas deste ente. Outro aspecto a se considerar, consiste na presunção de legalidade dos atos praticados pela Administração Pública e, também, na possibilidade de prática de atos discricionários os quais são pautados na oportunidade e conveniência para fins de atendimento ao interesse público.

Sobre o assunto, também vale transcrever a lição de MARÇAL JUSTEN FILHO, na qual o autor ressalva a autonomia da Administração para definir as condições da contratação administrativa, nos seguintes termos:

“Por isso, a lei ressalva autonomia para a Administração definir as condições da contratação administrativa. (...) Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE**  
**LICITAÇÃO**

Processo Número	20182/2024
Data do Início	22/08/2024
Folha	
Rubrica	

inicial da licitação.” (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p. 70)

Vencidas as considerações iniciais, segue a análise das alegações e esclarecimentos trazidos pela impugnação apresentada pela empresa **MC 1000 COMERCIAL LTDA.**

Nas razões da peça impugnatória apresentada, o impugnante questiona a utilização do critério de julgamento pelo menor preço global, alegando que os serviços pretendidos na contratação são complexos e de naturezas distintas, sendo assim, entende, o impugnante, que não seria cabível a utilização do critério de menor preço global, pois tal ato estaria restringindo a competitividade entre os licitantes do certame.

Assim, considerando que os apontamentos acima tratam de tema sensível, a fim de resguardar a lisura do procedimento licitatório em tela, esta Coordenadoria opina pela remessa dos autos à Secretaria Requisitante para que os argumentos sejam analisados de forma detalhada, tendo em vista a verificação de possível pertinência das razões apresentadas na peça impugnatória.

**b) Da alegação de exigência editalícia em desacordo com previsão legal**

Outro aspecto apontado pela empresa **MC 1000 COMERCIAL LTDA**, versa sobre a suposta alegação de que a regra indicada no item 13, letra “B”, subitem “B.1”, do Edital do Pregão Eletrônico n. 15/2024 que, em suma, exige a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis somente do último exercício social, estaria em desacordo com a legislação que disciplina a matéria.

Sobre isso, a empresa, ora impugnante, argumenta que o Edital do Pregão Eletrônico n.º 15.2024, deve seguir a previsão do art. 69, I, da Lei 14.133/21, passando, então, a exigir a apresentação do referido documento considerando os dois últimos exercícios sociais.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE**  
**LICITAÇÃO**

Processo Número	20182/2024
Data do Início	22/08/2024
Folha	
Rubrica	

Em análise das alegações apresentadas, esta Coordenadoria entende que, de fato, a exigência de apresentação do balanço patrimonial, considerando somente o último exercício social, deve ser retificado no edital, passando a constar a previsão legal do art. 69, I, da Lei 14.133/21, a fim de manter compatibilidade com a lei federal que disciplina o tema.

Vale salientar que a Lei Federal 14.133/21, visa estabelecer as diretrizes gerais para realização das licitações e contratações públicas para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

#### **IV – DA CONCLUSÃO**

Diante dos fatos apontados, solicita-se a esta secretaria análise das razões aqui apontadas e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Maricá, 23 de agosto de 2024

---

NATHÁLIA COELHO DA COSTA BORGES

Matrícula 3001177

De acordo

---

DJALMA ALVES DA SILVA